


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

**PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.br**, já qualificado, por sua
advogada e bastante procuradora que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO
CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE
TUTELA ANTECIPADA c.c. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS**,
movida em face de **RONALDO CARDONETTI, JAN STRUIVING e
JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, em atenção ao despacho de fls 360,
vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada de
cópia da petição que solicitou ao Juízo Deprecado a expedição de ofício ao
Banco Central e à Companhia de Energia Elétrica do Paraná-COPEL,
visando obter o endereço da ré Jornal Folha de Bacacheri, visto que esta não
está mais sediada no local indicado na exordial.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 20 de junho de 2007.


KELLYPRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

DETER. B.J. JARAKIANA 20 Jun 2007 17:30 52667 1/3

2106 AVAL FIM 26/JUN/2007 16:24 00007639

CÓPIA

proc. 538

42
d

nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação

Av. das Nações Unidas, 11.541
7º andar - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo - SP
tel: 55 11 3509 3511
fax: 55 11 3509 3512
www.nic.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
DAS CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DO FORO CENTRAL DA
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR**

**CARTA PRECATÓRIA Nº 417/2007
DISTRIBUÍDA SOB O Nº 265/2007**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.Br**, já qualificado por seus
advogados e bastantes procuradores que esta subscrevem, nos autos da **CARTA
PRECATÓRIA** proveniente do processo nº 583.00.2006.225286-4, da 21ª Vara
Cível da Comarca de São Paulo, da ação movida em face de **RONALDO
CARDONETTI, JAN STRUIVING e JORNAL FOLHA DE BACACHERI**,
vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o
quanto segue.

A certidão do oficial de justiça juntada nestes
autos, informa ter deixado de citar a ré Jornal Folha de Bacacheri, pelo fato
dessa entidade não estar mais sediada no local indicado na exordial.

Diante dessa negativa e da impossibilidade de o
NIC.br obter novo endereço da ré Jornal Folha de Bacacheri, apesar de já ter
tentado alcançá-lo através do auxílio à lista da operadora de telefonia em
Curitiba, Brasil Telecom, obtendo somente números de telefones inexistentes,
requer o NIC.br a expedição de ofício ao Banco Central e à Companhia de
Energia Elétrica do Paraná-COPEL, na Rua Cel. Dulcídio nº 800, Caixa Postal
nº 318, Batel, Curitiba/PR e Cep 80420-170, para o fim de informarem o atual
endereço da ré **JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, inscrita no CNPJ/MF
sob o nº 03.993.866/0001-39.

CA

MP E PREC CÍVEL -05-Jun-2007 16:31:00-0505-1/7

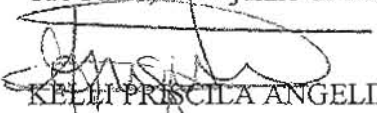
nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação

263
Av. das Nações Unidas, 11.541
7º andar - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo - SP
tel: 55 11 6509 3511
fax: 55 11 6509 3512
www.nic.br

Cumpre informar que esse pedido já fora
requerido ao Juízo Deprecante, o qual informou que o NIC.br deveria
solicitá-lo ao Juízo Deprecado, conforme cópia da decisão em anexo.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 1ª de junho de 2007.


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

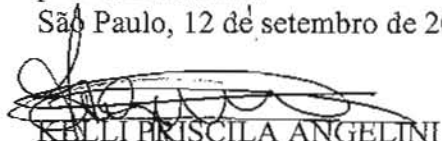
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
21ª VARA CÍVEL COMARCA DE SÃO PAULO**

**PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.Br**, já qualificado, por sua
advogada e bastante procuradora que esta subscreve, nos autos da
AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO, movida por **NÚCLEO DE
INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.br** em
face de **RONALDO CARDONETTI e OUTROS**, vem,
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do
incluso substabelecimento, bem como da respectiva guia de mandato
judicial recolhida, objetivando vista dos autos fora de cartório.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 12 de setembro de 2007.


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

CARCELA ADV AUTORIZ (1733)

**SUBSTABELECIMENTO**

Por este instrumento, a **Dra. Kelli Priscila Angelini**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 193.817, com escritório na Av. das Nações Unidas, 11.541, 7º andar, cidade e Estado de São Paulo, ***SUBSTABELECE*** à **Aline Andrade Kellner**, brasileira, solteira, estagiária de direito, inscrita na OAB/SP sob o nº 157.709-E, com escritório no mesmo local acima indicado, nos autos da Ação de Rito Ordinário, em trâmite perante a 21ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, processo sob o nº 583.00.2006.225286-4.

São Paulo, 12 de setembro de 2007.



KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP 193.817

BANCO NOSSA CAIXA S.A.
BANCO No.: 151 AG: 0940-7

COMPROVANTE DE PAGAMENTO - GARE-DR

CODIGO DE RECEITA	304-9
CNPJ	05506560/0001/36
VALOR DA RECEITA	7,60
JUROS DE MORA	0,00
MULTA MORA/INFRACAO	0,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	0,00
VALOR TOTAL	7,60

DATA: 10/09/2007	HORA: 10:19:09
TERMINAL: 017	AUT.: 004
CONTROLE: 001200	NSU.: 000585

Autenticacao Digital
RG58UR18 2326R12F 000005Y1 M000107T
TD4UNF3T 9ZVZUAF1 LF5EDDCX Y03J3K43

GARE-DR recolhido conforme Portaria CAT 90/97
e portaria CAT 60/02, Autorizado pelo Processo
D A.780/97.

1. Via

JUNTADA

Em 22 de 10 de 02
junto e rubrica de a petição a
dos
Eu. 02 e subsc.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO PAULO**

**PROCESSO Nº. 583.00.2006.25286-4
RITO ORDINÁRIO**

26 OUT 2007

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO
PONTO BR-NIC .br**, já qualificado, por intermédio de seus advogados e bastantes
procuradores que a presente subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE RITO
ORDINÁRIO** movida em face de **JAN STRUIVING, RONALDO CARDONETTI e
JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Após ser atribuído efeito suspensivo ativo ao Agravo de
Instrumento nº. 483.493-4/7 (doc. 01), os réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti
foram devidamente intimados da decisão que deferiu a antecipação de tutela (doc. 02).

Decorrido o prazo para cumprimento daquela ordem
judicial, o NIC.br relatou nestes autos que os réus permaneciam afrontando a
determinação prolatada, sem cumpri-la.

Assim, foi proferida nova decisão nos autos daquele
Agravo de Instrumento (doc. 03):

*"Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela
requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e
intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação
de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de
R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes."*

Inadimplindo mais uma vez suas obrigações, os réus
ignoraram as determinações proferidas, sendo então, prolatada nova decisão (doc. 04)
pelo Doutor Relator da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São
Paulo.

*"Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência
pelo agravante, que lhes dara conhecimento formal de que deverão cumprir o r.
despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária
majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem"*

penalmente por desobediência de ordem judicial..."

Acontece, porém, que durante o período de intimação dos réus nos autos daquele Agravo de Instrumento, que perdura por quase 4 (quatro) meses, os réus continuam a descumprir as ordens judiciais promulgadas e mais, **agora além de continuarem a divulgar o conteúdo das difamações em seus sites, enviam e-mails ao Senado Federal, Delegacias de Polícia, Ministérios, Tribunais de Contas, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Associações, Organizações e outros, propagando as inverídicas difamações aqui relatadas e assacando novas delas (doc. 05).**

Não bastassem esses desacatos, agora há novos artifícios sendo empregados. Foram encaminhadas mensagens aos órgãos anteriormente citados, **utilizando-se como remetente o nome do Diretor Presidente do NIC.br**, ou seja, as mensagens com o mesmo conteúdo difamatório são enviadas do endereço eletrônico "**demi_gestschko@hotmail.com.br**", **dando a entender que o próprio Presidente do NIC.br estaria aleivosamente propagando essas difamações**, tudo conforme se evidencia das mensagens em anexo (doc. 06). Através dos dados de acesso dessas mensagens será possível descobrir quem foi o seu propagador, solicitando dados à Brasil Telecom.

Isso configura, também, afronta ao Poder Judiciário, uma vez que os réus, utilizando-se de meios artificiosos, não cumprem as ordens judiciais endereçadas a eles, mantendo-se em flagrante postura de desafio à justiça, sem receio de punição.

Por outro lado, alterar a assinatura e o endereço eletrônico das mensagens, como assim têm feito os réus, não os exime de punição. Não se pode permitir que tais atos permaneçam impunes e incessantes.

Ademais, não se pode olvidar que a multa diária imposta já foi majorada para R\$ 10.000,00 e os réus já foram advertidos da possibilidade de responderem penalmente por crime de desobediência de ordem judicial, mesmo assim, mantêm-se em conduta delituosa em desafio às ordens judiciais que devem cumprir.

I – MEDIDAS DE APOIO PREVISTAS NO § 5º DO ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

As medidas de apoio para tornar efetiva a tutela antecipada estão previstas no § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil, o que permite ao juiz adotar providências para fazer cumprir as decisões judiciais proferidas.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por

tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

O rol do artigo supra citado é exemplificativo e não taxativo. Sendo assim, o Magistrado poderá aplicar a pena que julgar adequada para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Essa previsão legal objetiva resguardar a eficácia das decisões judiciais proferidas, obrigando a parte a cumprir a ordem imposta.

Ao NIC.br não resta outra alternativa senão se valer mais uma vez deste MM Juiz para que se faça cessar os atos contínuos praticados pelos réus há mais de 6 (seis) meses. Diante do reiterado descumprimento das ordens judiciais proferidas nestes autos, seguem as medidas que, no entender do NIC.br, poderão ser eficazes no caso em tela.

a) Aplicação de medida coercitiva

Diante de tudo o que aqui fora exposto e dos documentos que corroboram esses fatos, ao NIC.br não resta outra alternativa senão requerer seja imposta aos réus medida coercitiva por crime de desobediência prevista no art. 330 do Código Penal.

Importante citar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento nº 70003760667 que, sobre o mesmo assunto, assim decidiu:

“Ora, a conduta da parte é uma afronta, manifesto descaso à autoridade judicial. Dito isso, escoreita a decisão fustigada. Malgrado haja precedentes sustentando a inexistência de crime de desobediência quando a autoridade comina pena de multa para o caso de não cumprimento de ordem judicial, certo é que a reprimenda maior (prisão em flagrante) se impõe no caso em apreço. Houve autêntico desrespeito à decisão, em desprestígio do Judiciário como um todo. Não se nega que o magistrado deva se manter equidistante às pressões da sociedade e críticas da imprensa formadora de opinião. Todavia, a persistir a situação dos autos, estar-se-ia placitando com a ineficácia da prestação jurisdicional. (...)

De mais a mais, inexistente incompatibilidade, tampouco vedação legal, à fixação de multa, num primeiro momento, como ocorreu na hipótese, e, diante do descumprimento da ordem pela parte, venha o magistrado impor prisão ao desobediente...”



Portanto, verifica-se que pela prática do crime denunciado no art. 330, do Código Penal e para fazer cumprir a decisão proferida nestes autos, visando cessar a lesão que continua sendo causada ao NIC.br, há de ser decretada a prisão imediata dos réus, através da expedição de mandado de prisão para ser cumprido no local onde os réus se encontrarem.

b) Bloqueio da conta corrente dos agravados

Diante das medidas já impostas e da afronta dos réus, que insistem em ignorar as decisões judiciais aqui mencionadas, justo que seja feito o bloqueio das contas bancárias dos réus JAN STRUIVING E RONALDO CARDONETTI.

Essa medida tem aplicação justificada em decisões jurisprudenciais, como a seguir se vê.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul prescreve da mesma forma:

"(...) Trata-se, simplesmente de cumprir a determinação posta no acórdão. Aliás, se a Autarquia cumprisse as decisões judiciais, certamente não haveria necessidade de fixação de multa.

Em suma, tratando-se de resistência ao cumprimento de diversas decisões judiciais, deve a autarquia adimplir o valor da multa pela via administrativa. O reiterado descumprimento dá ensejo ao bloqueio dos valores em conta corrente, sob pena de suspender a eficácia da decisão proferida.

Por essas razões, mantenho a decisão de primeiro grau e nego provimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento nº 70013766936, julgado em 08/03/2006, 2ª Câmara, Relator: Dês. Roque Joaquim Volkweiss)."

Pertinente, também, é esta decisão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MEDIDA EXECUTIVA. POSSIBILIDADE, IN CASU. PEQUENO VALOR. ART. 461, § 5.º, DO CPC. ROL EXEMPLIFICATIVO DE MEDIDAS (...) - (...)
Depreende-se do art. 461, §5.º do CPC, que o legislador, ao possibilitar ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas assecuratórias como a "imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial", não o fez de forma taxativa, mas sim exemplificativa, pelo que, in casu, o seqüestro ou bloqueio da verba necessária à aquisição dos medicamentos objetos da tutela deferida, (...) revela-se medida legítima, válida e razoável. Deveras, é lícito ao julgador, à vista das

circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas (...). (REsp nº 855414 / RS, julgado em 26/09/2006, Primeira Turma, Ministro Luiz Fux)"

Portanto, levando-se em consideração que os réus descumprem desde março de 2007 a ordem judicial que deferiu a antecipação de tutela para determinar a cessação das difamações assacadas ao NIC.br, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um deles, não resta outra alternativa senão requerer o bloqueio dos valores constantes nas contas bancárias dos réus, para que esses valores fiquem bloqueados até a efetiva execução da multa por descumprimento de ordem judicial, que já ultrapassa os R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para cada um deles.

Necessário informar, por fim, que estes fatos e pedidos foram requeridos inicialmente ao Relator do Agravo de Instrumento nº. 483.493-4/7, que os indeferiu, sob o fundamento de que estes devem ser feitos a este Juízo de Primeira Instância (doc. 07).

II-DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e das provas que acompanham a presente peça, o NIC.br requer:

- a) seja expedido ofício à Brasil Telecom, com endereço na SCN Quadra 3, Edifício Telebrasil, Brasília, DF e Cep: 70.000-000, para que informe os dados de acesso do usuário do IP 200.103.241.200 em 18 de setembro de 2007, às 09:11:03hs (horário oficial de Brasília), a fim de que se comprove quem são os propagadores de mensagens eletrônicas em nome do Presidente do NIC.br;
- b) seja decretada prisão dos réus Ronaldo Cardonetti e Jan Struiving e expedido mandado de prisão deles para ser cumprido no local onde se encontrarem, pela prática de crime previsto no art. 330 do Código Penal;
- c) independente do deferimento do pedido do item anterior, sejam bloqueadas as contas bancárias dos réus, até que as determinações aqui proferidas sejam atendidas.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 09 de outubro de 2007.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES

OAB/SP Nº 24.545

KELE PRISCILA ANGELINI

OAB/SP Nº 193.817

DOC. 03

323
2

232
R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPRO 6 – PASSAGEM DE AUTOS – S. DIR. PRIVADO

PROCESSO: nº 483.493-4/7 AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM 29/11/2006
CONCLUSOS AO
EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR
CARLOS STROPPA

Vistos,

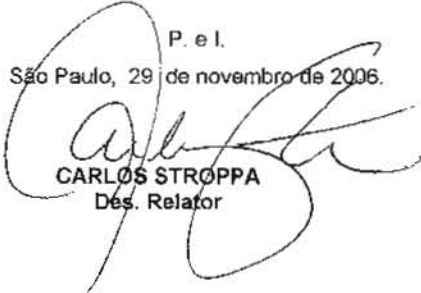
Vislumbro, em princípio, direito e lesividade que justificam a concessão de excepcional efeito suspensivo ativo a este agravo de instrumento. Recepciono-o, pois, com duplo efeito, devolutivo e suspensivo, nos termos da pretensão posta pelo agravante.

Comunique-se com urgência ao MM. Juízo de Primeiro Grau, de quem requisito informações.

Intimem-se as partes: a) a agravante, para cumprir o que dispõe o artigo 526 do Código de Processo Civil e; b) a agravada para, querendo, contra-arrazoar, podendo juntar as peças.

P. e l.

São Paulo, 29 de novembro de 2006.


CARLOS STROPPA
Des. Relator



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007

DOC. 02

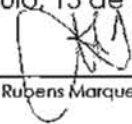
374
d

264
A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que decorreu o prazo legal, sem que Ronaldo Cardonetti e Jan Struiving tenham apresentado resposta. Certifico ainda que o "Jornal Folha de Bacacheri" não foi encontrado no endereço indicado (fls. 263). Nada mais.

São Paulo, 15 de março de 2007.

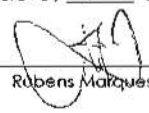
Eu,  Esc.subsc.
Rubens Marques Filho - matr. 352.719-4

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr.

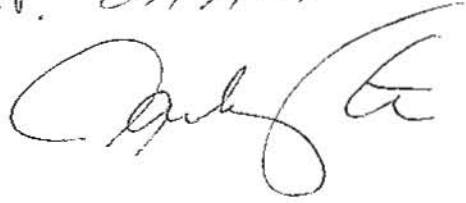
Desembargador CARLOS STROPPA.

São Paulo, 19 de Março de 2007.

Eu,  Esc.subsc.
Rubens Marques Filho - matr. 352.719-4

Proc. nº 483.493-4/7

- R. despacho de fls. 232;
- Ref. de fls. 239;
- Informações de fls. 242;
- Certidão acima.

*Certidas supra. Manifeste-se.
Se a parte agravante!
S.P. 23/3/07
*



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA
NONA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - 5º GRUPO
Praça da Sé, s/nº - 2º andar - sala 204 - Centro
São Paulo - Capital - CEP: 01018-010

São Paulo, 28 de dezembro de 2006.

Carta nº 3305/2006

Agravo de Instrumento nº 483.493-4/7-00

Comarca: SÃO PAULO

Agravante(s) : NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR - NIC.br.

Agravado(a)(s) : RONALDO CARDONETTI E OUTROS.

Ilmo. Senhor

Nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil (Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001), e tendo em vista o r. despacho do Exmo. Senhor Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, fica Vossa Senhoria intimado(a) a responder no prazo de 10 (dez) dias, aos termos do agravo e, querendo, juntar peças, se entender conveniente.

Científico-(a), outrossim, de que os referidos autos se processam pelo S.E.J.3.1.5.1 – Serviço de Processamento da 9ª Câmara, 2º andar, sala 204, da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sito à Praça da Sé, s/nº.

MÁRCIA HELENA MARINI
Supervisora de Serviço

Ilmo. Sr.

RONALDO CARDONETTI

Rua São João Batista, nº 119 - Cambuci - São Paulo - SP
CEP 01527-010

(Rubrica)



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007

255

325
X

RECEBUEMOS A CARTA DE INTIMAÇÃO EM 28/12/2006 ÀS 15:10 - 483.493-4/7-00



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA
NONA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO – 5º GRUPO
Praça da Sé, s/nº - 2º andar - sala 204 - Centro
São Paulo - Capital - CEP: 01018-010

São Paulo, 28 de dezembro de 2006.

Carta nº 3307/2006

Agravo de Instrumento nº 483.493-4/7-00

Comarca: SÃO PAULO

Agravante(s) : NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR - NIC.br.

Agravado(a)(s) : RONALDO CARDONETTI E OUTROS.

Ilmo(a). Senhor(a)

Nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil (Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001), e tendo em vista o r. despacho do Exmo. Senhor Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, fica Vossa Senhoria intimado(a) a responder no prazo de 10 (dez) dias, aos termos do agravo e, querendo, juntar peças, se entender conveniente.

Cientifico-(a), outrossim, de que os referidos autos se processam pelo S.E.J.3.1.5.1 – Serviço de Processamento da 9ª Câmara, 2º andar, sala 204, da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sito à Praça da Sé, s/nº.

MÁRCIA HELENA MARINI
Supervisora de Serviço

Ilmo(a). Sr(a). Representante Legal de
JORNAL FOLHA DE BACACHERI
Rua México, nº 37 - conjunto 4 - Bacacheri - Curitiba - PR
CEP 82510-060

(Relevar)



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA
NONA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO – 5º GRUPO
Praça da Sé, s/nº - 2º andar - sala 204 - Centro
São Paulo - Capital - CEP: 01018-010

São Paulo, 28 de dezembro de 2006.

Carta nº 3306/2006

Agravo de Instrumento nº 483.493-4/7-00

Comarca: SÃO PAULO

Agravante(s) : NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR - NIC.br.

Agravado(a)(s) : RONALDO CARDONETTI E OUTROS.

Ilmo. Senhor

Nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil (Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001), e tendo em vista o r. despacho do Exmo. Senhor Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, fica Vossa Senhoria intimado(a) a responder no prazo de 10 (dez) dias, aos termos do agravo e, querendo, juntar peças, se entender conveniente.

Cientifico-(a), outrossim, de que os referidos autos se processam pelo S.E.J.3.1.5.1 – Serviço de Processamento da 9ª Câmara, 2º andar, sala 204, da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sito à Praça da Sé, s/nº.

MÁRCIA HELENA MARINI
Supervisora de Serviço

Ilmo. Sr.

JAN STRUIVING

Trav. Alcídio Rocco, nº 5 - Afonso Pena - São José dos Pinhais - PR
CEP 83045-160

Relator



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA
NONA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO – 5º GRUPO
Praça da Sé, s/nº - 2º andar - sala 204 - Centro
São Paulo - Capital - CEP: 01018-010

São Paulo, 28 de dezembro de 2006.

Carta nº 3306/2006

Agravo de Instrumento nº 483.493-4/7-00

Comarca: SÃO PAULO

Agravante(s) : NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR - NIC.br.

Agravado(a)(s) : RONALDO CARDONETTI E OUTROS.

Ilmo. Senhor

Nos termos do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil (Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001), e tendo em vista o r. despacho do Exmo. Senhor Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, fica Vossa Senhoria intimado(a) a responder no prazo de 10 (dez) dias, aos termos do agravo e, querendo, juntar peças, se entender conveniente.

Cientifico-(a), outrossim, de que os referidos autos se processam pelo S.E.J.3.1.5.1 – Serviço de Processamento da 9ª Câmara, 2º andar, sala 204, da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sito à Praça da Sé, s/nº.

MÁRCIA HELENA MARINI
Supervisora de Serviço

Ilmo. Sr.

JAN STRUIVING

Trav. Alcídio Rocco, nº 5 - Afonso Pena - São José dos Pinhais - PR
CEP 83045-160

(Reins)



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO